

SOCIALIZAÇÃO NA PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO

Um desafio que se impõe nos nossos dias é entender a persistência do racismo e do preconceito na sociedade. Os estudos em Psicologia Social devem ajudar a responder as seguintes questões: O que faz o racismo se perpetuar e ser transmitido para as futuras gerações? O que pode ser feito para quebrar o ciclo de transmissão?

As respostas a essas questões, invariavelmente nos remete à análise da socialização, ou seja, ao processo através do qual a criança se torna membro de uma sociedade, por meio do aprendizado de normas, crenças, valores e modos de comportamento compartilhados por seu grupo social (GUIMOND, 2000). Na análise desse fenômeno, a Psicologia Social necessariamente deve somar seus conhecimentos aos da Psicologia do Desenvolvimento, a fim de compreender o interjogo entre interações sociais, processos de aprendizagem, identidade, normas, valores, e seus desdobramentos comportamentais.

Os aspectos supracitados contemplam a vida psicológica do indivíduo em vários níveis, desde um nível individual (e.g., atitudes, motivações, comportamentos) até o societal (e.g. ideologias, crenças, valores). O processo de socialização tem sido analisado de modo exaustivo por muitos estudiosos (ver GRUSEC

e HASTING, 2014; LYTTON e ROMNEY, 1991; MIKESKA, HARRISON; CARLSON, 2017; SAKS; UGGERSLEV; FASSINA, 2007 para uma revisão). No presente capítulo, pretendemos analisar um aspecto particular desse fenômeno: as relações intergrupais e étnicas. Tal aspecto tem sido investigado na área denominada de socialização étnica (HUGLES e CHEN, 2001; PHINNEY e ROTHERAM, 1987).

Este capítulo tem como objetivo analisar a socialização étnica, seus aspectos teóricos e empíricos. Para atingir esse objetivo, inicialmente analisaremos o fenômeno da socialização à luz da Psicologia Social e da Psicologia do Desenvolvimento. São observadas as interações desses dois campos que ora analisam o homem no nível mais individual e interindividual, ora num nível mais social e cultural. Em seguida, analisaremos o conceito de socialização étnica/racial e seu advento. Inicialmente, serão consideradas as explicações fornecidas pela Psicologia Social para a origem do racismo e preconceito.

Posteriormente, será enfatizada a socialização étnica/racial a partir de estudos que investigam as relações entre crianças de diferentes etnias e as orientações que agentes socializadores, tais como pais e professores, oferecem às crianças quanto ao manejo das relações intergrupais numa sociedade em que o negro é visto negativamente. Nesse ínterim, serão revisados os primeiros estudos dedicados ao fenômeno da socialização de atitudes interétnicas, bem como as principais estratégias metodológicas de suas pesquisas. Os desenvolvimentos teóricos e empíricos da socialização étnica no Brasil serão destacados ao final do capítulo.

SOCIALIZAÇÃO E REALIDADE SOCIAL

A socialização é um processo amplo e dinâmico, tendo suas definições amparadas, simultaneamente, na Sociologia e Psicologia. Nesses dois campos, é possível visualizar sua importância em termos de impacto para as realidades individual, grupal e para a organização da estrutura social (FRANÇA, 2013). Como afirmam Pereira e Jesuino (1985), para além das explicações acerca de aquisições individuais e particulares, a socialização é responsável por estruturar conjuntos complexos de comportamentos com significado social, praticados pelas díades, grupos ou pela própria comunidade.

Outrossim, a socialização é influenciada por eventos históricos (PETROVIC-TRUFUNOVIC; BOJANIC; DRASKO, 2015). Consequentemente, ela respeita tanto o tempo do indivíduo, considerando seu desenvolvimento e reestruturações

mentais (PEREIRA e JESUINO, 1985), quanto o período histórico em que o indivíduo vive suas influências pretéritas e expectativas futuras, como pode ser percebido nas mudanças nos valores que são transmitidos entre as gerações e práticas de criação adotadas pelos pais em decorrência de características específicas de cada contexto sociocultural e histórico.

É nesse sentido que os campos da Psicologia Social e da Psicologia do Desenvolvimento articulam-se no estudo sobre processo de socialização. A primeira, investiga a influência da presença real, implicada ou imaginada do outro sobre o comportamento (ALLPORT, 1954), incluindo os processos de afiliação grupal e de conformidade a normas, valores e crenças, difundidos na sociedade mais ampla. A segunda, por sua vez, elucida como, quando e por que as mudanças relativas à idade, sejam elas físicas, cognitivas ou sociais, interferem na aprendizagem de repertórios comportamentais. De modo mais preciso, a Psicologia do Desenvolvimento fornece explicações sobre como os diferentes estágios de maturidade cognitiva e social, observados ao longo da infância, influenciam na maneira como a criança se adapta a diferentes condições sociais e fornece sentido às mesmas (FRANÇA, 2016).

Mesmo antes do seu nascimento, o indivíduo é alvo de influências socialmente determinadas. Seu ambiente é socialmente construído e obedece a uma ordem cultural e social específica (BERGER e LUCKMAN, 1985). Nascemos dentro de uma gama de instituições e grupos sociais, a exemplo da família da nação e do grupo étnico. Cada pertencimento envolve características culturais específicas, com papéis e expectativas sociais historicamente moldados. De modo que, antes mesmo de ser capaz de construir suas próprias percepções sobre a realidade social, a criança já é projeto de outras pessoas e sua constituição gradativa como ser social ocorrerá a partir das relações estabelecidas com demais membros da sociedade.

A importância do outro sobre nossa constituição psíquica já foi demonstrada pela Psicologia Social através dos estudos sobre isolamento social. Bexton et al. (1954) analisaram o efeito do isolamento social em jovens estudantes universitários que ficaram confinados sob condições de variação sensorial muito reduzida. Os jovens foram colocados em cubículos à prova de som, ficavam deitados numa cama com travesseiros de espuma em volta dos ouvidos, usando óculos opacos, punhos de papelão e luvas pesadas, sem contato algum com outras pessoas. Após um período de três dias nessas condições, observou-se nos participantes efeitos comportamentais como inquietação, labilidade emocional e, ao sair do cubículo, distúrbio da percepção visual. Os efeitos nos processos

cognitivos foram medidos antes, durante e depois do isolamento através de teste de inteligência, e mostraram redução do desempenho durante o período de isolamento comparativamente à medição anterior e posterior, e verificou-se ainda, relatos de alucinações. Numa perspectiva semelhante, Schachter (1959) afirma que a tendência humana à afiliação se acentua em circunstância de alta ansiedade. Segundo esse autor, mediante situações ambíguas ou incapazes de serem compreendidas a partir de experiências anteriores, os indivíduos afiliam-se em grupos a fim de obterem parâmetros sociais com os quais possam melhor se adaptar à realidade.

Contribuições importantes também foram fornecidas pelos estudos de Muzafer Sherif sobre influência social. Para Sherif (1936), o indivíduo necessita de parâmetros para validar suas opiniões e para isso se vale da comparação e conformidade com a opinião de outros. Essa hipótese foi testada no experimento do efeito autocinético, que consiste na ilusão de movimento de um ponto de luz, quando refletido em um quarto escuro. Segundo a teoria, a ilusão é produzida naturalmente pelo o movimento do olho na ausência de um parâmetro físico de comparação. Entretanto, Sherif aproveitou-se desse evento natural para mostrar que, quando sozinhas, as pessoas estabelecem seu próprio quadro de referência para aferir a “distância percorrida” pelo ponto de luz, mas com dificuldades e inseguranças nas suas estimativas.

Quando estão em grupo, entretanto, usam as estimativas dos outros como parâmetro, modificando suas opiniões pessoais no sentido de buscar conformidade com a opinião do grupo. Esse estudo é também alusivo de como surgem as normas sociais. Após a experiência em grupo, as estimativas individuais dos participantes permanecem fortemente influenciadas pelo consenso produzido no grupo. As investigações de Sherif (1936), Bexton et al. (1954) e Schachter (1959), no seu conjunto, demonstram que o comportamento social, é moldado pela presença “do outro”, o qual responde às emoções pessoais e expectativas sociais.

Longe de exaurir a discussão sobre a afiliação social, influência social e comparação social, a presente discussão se limita a destacar a contribuição desses fenômenos para a elucidação da importância do outro no processo de socialização. Nesse ínterim, salientamos que os estudos anteriormente referidos enfocam circunstâncias de socialização já em curso, e é importante conhecermos como esses processos ocorrem na socialização que se desenrola durante os primeiros anos de vida, e como as mudanças se operam em função da presença real, implicada ou imaginada dos diferentes agentes de socialização.

Para a Psicologia do Desenvolvimento, a necessidade humana do outro antecede à necessidade de resolução de conflitos emocionais e os processos de comparação social. Ao que parece, a interação com o outro é a condição que possibilita o surgimento desses fenômenos na vida do indivíduo. Essa tese está amparada nos experimentos sobre isolamento conduzidos por Harlow e Harlow (1965), no âmbito da etologia, e que foram aproveitados por Bowlby (1969) no estudo sobre a ligação afetiva entre a criança e seu cuidador, denominada de apego. Esses autores colocaram em questão a visão, até então predominante, de que a formação e manutenção de vínculos sociais seriam decorrentes da satisfação de necessidades básicas como fome e sexo (Ramires, 2003).

Bowlby (1969) afirma que existe nos bebês uma propensão inata para o contato com outros seres humanos. Essa propensão é satisfeita com a figura principal de apego, que para Bowlby é a mãe (ver KELLER, 2013 e VICEDO 2011, para uma crítica à Teoria do Apego). Através da interação estabelecida desde o nascimento com as figuras de apego, a criança constrói modelos representacionais, isto é, crenças e expectativas de como funcionam as relações sociais. Por exemplo, para um bebê o mundo social pode estar restrito aos seus cuidadores. Na medida em que os cuidadores expressam afeição e satisfazem as suas necessidades de modo regular, podem traduzir a representação de segurança que o bebê expressará na presença deles (ver RAMIRES, 2003 para uma revisão).

Através dos modelos da segurança e conforto, produzidos nas relações de apego, cria-se uma organização psicológica que envolve a compreensão sobre si mesmo e sobre os outros. Tais modelos representacionais fornecem direcionamentos comportamentais, modos de interpretação das ações, sentimentos e pensamentos. Isso se dá quando, por exemplo, o cuidador ao observar o estado mental e emocional da criança, leva-a à compreensão daquele estado, anunciando algo como “você está feliz”, ou “você está triste”. Dito de outro modo, os modelos representacionais desenvolvidos nas relações iniciais de apego levam ao entendimento da mente dos cuidadores, ou seja, dizem sobre o que subjaz a seus atos e estados mentais (RAMIRES e SCHNEIDER, 2010). Uma vez estabelecidos, os modelos representacionais passam a atuar em nível inconsciente e repercutirão sobre o estabelecimento de relações sociais futuras.

A Psicologia Social e a Psicologia do Desenvolvimento, portanto, entrelaçam-se na explicação de como as interações que estabelecemos contribuem para o desenvolvimento de padrões específicos de comportamento. O estudo da socialização concretiza essa inter-relação por compreender que as interações sociais vão produzir características que tornam as experiências, ao mesmo tempo,

singulares e coletivas. Nas sociedades industrializadas, por exemplo, o início da escolarização formal é uma experiência coletiva, dado que a maioria das crianças passam por ela. Entretanto, a experiência escolar pode ser bem distinta para as crianças em função de sua pertença a determinadas categorias sociais específicas, a exemplo do nível socioeconômico e do grupo étnico-racial.

Uma vez consideradas algumas características fundamentais dos estudos de socialização, passaremos a discutir como a temática da socialização étnica passou a ser incluída nessas investigações. O desenvolvimento do campo de estudos denominado de socialização étnica decorre da necessidade de compreender e intervir sobre as expressões de racismo. Sabe-se que o racismo afeta diretamente os grupos alvo de preconceito e discriminação racial e, indiretamente, a todos, sendo um tema de relevância para toda sociedade. Portanto, é importante entender como indivíduos de grupos racializados podem se proteger e reagir contra o racismo de que são vítimas. Outrossim, é necessário analisar as implicações do racismo para o grupo que, por meio dele, desfruta de maior prestígio social. Atualmente, a resposta para essas questões tem sido buscada no âmbito dos estudos sobre a socialização étnica.

EXPLICAÇÕES DO RACISMO E AS IMPLICAÇÕES DA SOCIALIZAÇÃO

Antes de explorar os aspectos teóricos do racismo associado ao estudo da socialização étnica, convém ressaltar que essa análise será breve, objetivando, sobretudo, discutir particularidades relativas ao preconceito e ao racismo a fim de tecer considerações em termos de desenvolvimento e socialização. Para uma análise mais profunda do preconceito e do racismo ver Lima (2020).

No percurso histórico da Psicologia Social muito foi estudado sobre as origens e surgimento dos comportamentos racistas. As investigações de Duckitt (1992) versaram na análise da produção científica entre os anos de 1920 e 1980 e, posteriormente, dos anos 1990 a 2000 (DUCKITT, 2010), sobre como o percurso explicativo para o comportamento racista foi moldado por diferentes paradigmas que se fizeram relevantes em diferentes contextos sócio-históricos. O autor observa que até a década de 1920, acreditava-se numa superioridade natural do branco em relação ao negro, de maneira que o preconceito e o racismo não eram temas de interesse da investigação científica. Entre os anos de 1920 e 1930, inicia-se o movimento de questionamento da ideia de superioridade/inferioridade das raças, bem como dos estigmas que brancos impunham aos negros (CABECINHAS, 2007). Nesse período, o preconceito racial passou a ser percebido como injustificado, irracional e injusto.

Nas décadas de 1930 e 1940, a preocupação centrou-se na explicação dos aspectos subjacentes ao racismo e de sua ampla difusão na sociedade. Nesse momento, buscava-se respostas no interior do indivíduo. O racismo foi considerado como uma patologia, ou problema de personalidade e sua difusão foi explicada como um deslocamento do sentimento de frustração para “bodes expiatórios”, que seriam os grupos minoritários. Na década de 1950, essa perspectiva é modificada, graças à publicação do livro *“The nature of prejudice”* de Gordon Allport em 1954. A relevância da obra de Allport repercute sobre os dias atuais, dada a análise minuciosa do preconceito, abrangendo discussões sobre fatores psicológicos e socioculturais envolvidos na sua aquisição e expressão. Allport afirma que o preconceito é aprendido socialmente, e que agentes de socialização, como a família e a escola, são responsáveis por sua ampla difusão.

As análises de Allport (1954) são a vanguarda das mudanças nas concepções teóricas da década seguinte, que fortalecem as explicações do preconceito étnico-racial em termos da socialização. Duckitt (1992) refere que na década de 1960 as explicações aprofundam o foco na influência das normas sociais no racismo e preconceito. O preconceito seria uma norma embutida na sociedade e difundida através da transmissão sociocultural, por dois mecanismos, a socialização e a conformidade. As relações raciais foram concebidas como resultado de normas sociais que moldavam relações baseadas na segregação.

A partir da abordagem normativa, criou-se uma expectativa de que as atitudes raciais poderiam ser modificadas por meio de processos de desegregação institucional. Já na década de 1970, discute-se a persistência do racismo e discriminação. Acredita-se que o fenômeno está enraizado na sociedade e sua explicação vai além das concepções baseadas em padrões normativos socialmente compartilhados como tradições culturais e institucionais. A ênfase sociocultural permanece, entretanto, focalizada na dinâmica intergrupar, ou seja, nos conflitos de identidades, interesses e condições socioestruturais subjacentes a um sistema social racista e discriminatório.

Na década de 1980, os estudos indicaram que a manifestação de comportamentos discriminatórios não está necessariamente vinculada às atitudes preconceituosas. Se por um lado, observava-se uma redução das atitudes preconceituosas, por outro, a discriminação persistia. As pesquisas indicavam que o racismo não havia declinado, havia apenas mudado sua forma de expressão tornando-se mais sutil, complexo e talvez sob a forma de intolerância racial mais traiçoeira. Os estudos do grupo mínimo (TAJFEL; FLAMENT; BILLIG; BUNDY, 1971) contribuíram para evidenciar a força motivadora dos aspectos

cognitivos e motivacionais do racismo e preconceito, introduzindo conceitos como o de estereótipos, categorização social e identidade social na explicação do conflito intergrupar.

Em 2010, Duckitt publica uma nova revisão na qual analisa a evolução teórica sobre o preconceito, racismo, e discriminação entre os anos 1990 e 2000, refere à ênfase nos aspectos afetivos, motivacionais e da complexidade do preconceito. Os estudos focalizaram os diferentes tipos de preconceito e questionam se a abordagem cognitiva respondia adequadamente à intensa e apaixonada lealdade etnocêntrica e a hostilidade intergrupar extrema, que extrapolava o foro intergrupar ameaçando a ordem mundial.

A investigação do preconceito e racismo ampliou-se nas últimas décadas, incluindo áreas como a neurociência cognitiva e social do preconceito (AMODIO e CIKARA, 2021), e o estudo sobre o papel das emoções (COTTRELL e NEUBERG, 2005). A abordagem neurológica ampliou a compreensão dos processos automáticos e controlados envolvidos no preconceito, por exemplo, evidenciou-se que é possível controlar espontaneamente atitudes negativas e quais atividades neurais estão envolvidos nesse controle (ver AMODIO e SWENCIONIS, 2018 para uma revisão). A abordagem afetiva contribuiu com a descoberta de que o contato intergrupar opera eficientemente na redução do preconceito, desde que o contato envolve afeto positivo, como ocorre na amizade íntima (PAOLINI; HEWSTONE; CAIRNS, 2007). Já a abordagem motivacional (DUCKITT e SIBLEY, 2017), traz a ideia de que a ameaça percebida pelo endogrupo em relação ao grupo do “outro” (exogrupo), causa uma hostilidade em direção ao exogrupo, ativando motivos de domínio e controle, para redução da ameaça, incerteza ou insegurança.

A partir da revisão empreendida por Duckitt (1992, 2010), percebe-se que a socialização não foi enfatizada como um aspecto fundamental do preconceito e das relações raciais, seja no âmbito da análise da causa do preconceito e do racismo, ou no âmbito do desenvolvimento de medidas de intervenção contra a persistência desses fenômenos. Entretanto, tomando-se por base o trabalho de Allport (1954), numerosos estudos procuraram identificar a influência que as instituições possuem sobre a socialização de atitudes racistas e condutas discriminatórias. De modo mais preciso, analisou-se como as crianças são influenciadas por agentes socializadores presentes na família, na escola e na mídia (e.g. CROSS JR., 1981, 1995; LEWIS, 1975; ROTHERAM e PHINNEY, 1987).

Na seção seguinte, serão discutidos aspectos fundamentais dos estudos sobre socialização étnica. Inicialmente, esses estudos concebiam a socialização

de modo mais abrangente, como um processo de ensino e aprendizagem de atitudes discriminatórias. Com o passar do tempo, houve a necessidade de focalizar as mais diversas formas que a socialização étnica pode assumir, desenvolvendo-se medidas para investigar temas específicos tais como o aprendizado da história e da cultura dos diferentes grupos étnicos e a preparação para enfrentar situações de preconceito e discriminação (FRANÇA e MONTEIRO, 2013; MCGLOTHLIN e KILLEN, 2010).

DA SOCIALIZAÇÃO A SOCIALIZAÇÃO ÉTNICA: DEFINIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA

A socialização étnica caracteriza-se como um ramo dos estudos do processo de socialização, que analisa a aquisição e a transmissão de atitudes de preconceito e de comportamentos discriminatórios contra os diferentes grupos étnico-raciais.

Os estudiosos dessa perspectiva procuram responder a questões tais como: Como as crianças respondem e lidam com as diferenças entre os grupos quando estão em interações face a face ou naquelas mais simbólicas em que lidam com valores e normas dos grupos? Como, quando e o quê as crianças entendem sobre o significado da pertença a grupos minoritários e a grupos dominantes? Como o pertencimento a uma determinada etnia minoritária ou majoritária modifica-se com o desenvolvimento? Como pais e professores comunicam informações sobre diferenças étnicas e raciais, racismo e preconceito?

Essas questões delineiam os principais pontos abordados pelos estudos sobre socialização étnica. Esses estudos têm um histórico recente que procuraremos abordar através da análise do referencial teórico de algumas obras clássicas amplamente citadas por autores da área (COARD e SELLERS, 2005; HUGLES e CHEN, 1999). Mas antes de explorar esse referencial teórico, analisaremos conceitualmente a socialização étnica.

Na análise do conceito socialização étnica é possível identificar duas ênfases: a) a tomada de consciência por parte da criança de seu pertencimento a um grupo étnico-racial; e b) o papel dos agentes de socialização (e.g., pais e professores) no manejo das relações de desigualdade existentes entre os grupos étnico-raciais. Quanto à primeira ênfase, destacamos a concepção de Rotheram e Phinney (1987), segundo a qual a socialização étnica se refere ao processo de desenvolvimento pelo qual as crianças adquirem os comportamentos, percepções,

valores e atitudes de um grupo étnico e passam a ver a si mesmas e aos outros como membros de tais grupos.

Dentro da perspectiva de socialização étnica que enfatiza o papel dos agentes de socialização, sobretudo, pais e professores no manejo das relações étnico-raciais, destaca-se a concepção de Hugles e Chen (2001), que enfatizam as estratégias adotadas por pais de crianças pertencentes a minorias étnicas para ensiná-las a lidar com as desigualdades existentes entre os grupos étnico-raciais. Esses autores lançam mão da definição de Thorthon, Chatters, Taylor e Allen (1990) que afirmam: a socialização racial inclui mensagens e práticas específicas que são relevantes e fornecem informações sobre a natureza do status racial no que se refere a: (1) identidade pessoal e de grupo; (2) relações intergrupais e interindividuais; e (3) posição dos grupos na hierarquia social.

Ainda dentro da abordagem que investiga a socialização étnica com ênfase nas relações de desigualdade existentes entre os grupos étnico-raciais, Peters (1985) destaca o embate nas relações interétnicas na estrutura sociopolítica, definindo-a como o processo no qual os pais empenham-se em fazer com que seus filhos negros tenham saúde física e emocional numa sociedade na qual ser negro é percebido negativamente (SUIZZO e ROBINSON, 2008). Também Hughes et al. (2006) apresentam outra definição associando as estratégias educativas dos pais e a preocupação com a visão do negro na sociedade: a socialização étnica é a combinação de estratégias proativas e protetivas adotadas por pais para orientar as interações de seus filhos em situações nas quais questões inter-raciais são salientes. Esses autores afirmam que os estudos sobre socialização étnica/racial refletem os esforços dos psicólogos em compreender como as famílias de grupos minoritários experienciam e discutem desigualdades e injustiças sociais e como ensinam seus filhos a manejá-las.

Analisando a multidimensionalidade do conceito, Brown e Krishnakumar (2007) separam as perspectivas étnica¹ da racial. Os autores concebem que socialização racial lida com as consequências dos significados sociais dados à raça² (ou seja, racismo, discriminação, relações raciais), enquanto a socialização étnica lida com as maneiras pelas quais os pais transmitem valores/crenças e heranças culturais às crianças.

¹ O termo étnico refere-se à ênfase dada aos aspectos culturais e não ao fenótipo na diferenciação dos grupos sociais (Cabecinhas, 2007).

² O termo raça engloba os grupos racializados. Refere-se ao subproduto sócio-histórico de hierarquização e essencialização de grupos minoritários em função da presença de características fenotípicas específicas, como a cor da pele (Cabecinhas, 2007; Lima, 2002).

“Conceituamos a socialização racial como estratégias parentais de transmissão explícita (verbalizações) às crianças das mensagens sobre o protocolo e relacionamentos entre grupos. Em seu aspecto multidimensional incluí o ensinar sobre (a) consciência da barreira racial (presença de racismo e discriminação social), (b) como lidar com o racismo e discriminação racial (fornecer estratégias específicas para lidar com o racismo e a discriminação), e (c) a promoção de relações inter-raciais (incentivar relações com indivíduos de outras raças). A socialização étnica, por sua vez, é conceituada como as mensagens explícitas (vocalizações) e implícitas (modelagem, oportunidades e experiências interativas) que os pais transmitem às crianças sobre o protocolo e relacionamentos intragrupo e seus significados para um membro de um grupo étnico específico. Trata-se de um construto multidimensional que inclui a transmissão de: (a) valores culturais do próprio grupo (transmissão de mensagens relacionadas às visões de mundo e interações intraculturais), (b) inclusão cultural (exposição a obras literárias culturais, expressões artísticas e artefatos representativos da experiência do próprio grupo), (c) a história do grupo (conhecimento sobre as lutas e experiências históricas), (d) celebrar a herança grupal (promover atividades e oportunidades para comemorar a experiência do grupo); e (e) promoção de orgulho étnico³” (BROWN e KRISHNAKUMAR, 2007, pp. 1075).

Na presente análise da socialização racial/étnica, utilizaremos uma combinação entre as definições de Rotheram e Phinney (1987), que destacam os processos de tomada de consciência do pertencimento a grupos étnico-raciais, e aquela de Hugles e Chen (2006) que enfatiza o papel desempenhado pelos agentes de socialização na transmissão de informações sobre as relações inter-raciais. Essas definições foram combinadas com a finalidade de contemplar todos os grupos étnico-raciais. Compreendemos que todos os grupos comungam da responsabilidade social frente ao combate ao racismo e às desigualdades sociais produzidas por esse fenômeno. Assim, definimos socialização étnica e racial como os processos e meios utilizados pelos agentes e agências de socialização a fim de produzir a conscientização sobre o pertencimento a um grupo étnico e racial, sobre o valor social dos grupos, bem como o fornecimento de estratégias proativas e protetivas às relações étnico-raciais face ao preconceito contra grupos estigmatizados.

As discussões apresentadas a seguir foram formuladas com base nessa concepção de socialização racial e étnica. A princípio, será apresentada uma historicização do construto e o percurso da pesquisa na área desde os primeiros estudos dedicados ao fenômeno da socialização de atitudes interétnicas até seu estado atual de análise, que será conteúdo do próximo capítulo.

³ Tradução nossa.